

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ODONTOLOGIA**

Coordenadora de Área: Isabela Almeida Pordeus (UFMG)

Coordenador-Adjunto de Área: Arnaldo de França Caldas Jr. (UFPE)

Coordenadora-Adjunta de Mestrado Profissional: Katia Regina Hostilio Cervantes Dias (UERJ)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

O Sistema Nacional de Pós-Graduação Brasileiro conta, no momento atual, com 3.601 Programas distribuídos em nove Grandes Áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar.

A Grande Área da Saúde é aquela que apresenta o maior número de Cursos/Programas, seguida pelas Grandes Áreas Multidisciplinar e de Ciências Humanas (**Gráfico 1**). A Grande Área da Saúde, por sua vez, é composta por nove Áreas: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina I, Medicina II, Medicina III, Nutrição, Odontologia e Saúde Coletiva. A Área de Odontologia é aquela com o maior número de Cursos/Programas, seguida pela Medicina I e Medicina II (**Gráfico 2**).

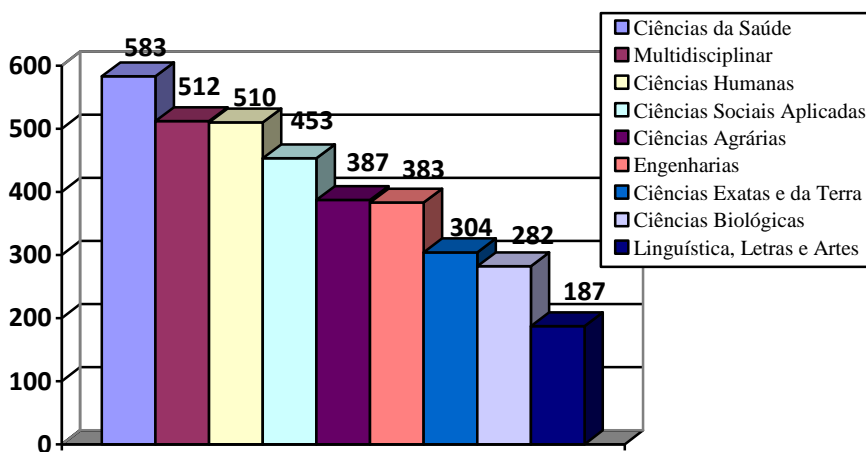


Gráfico 1 – Distribuição de Cursos/Programas de Pós-Graduação Brasileiros pelas Grandes Áreas do Conhecimento

FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

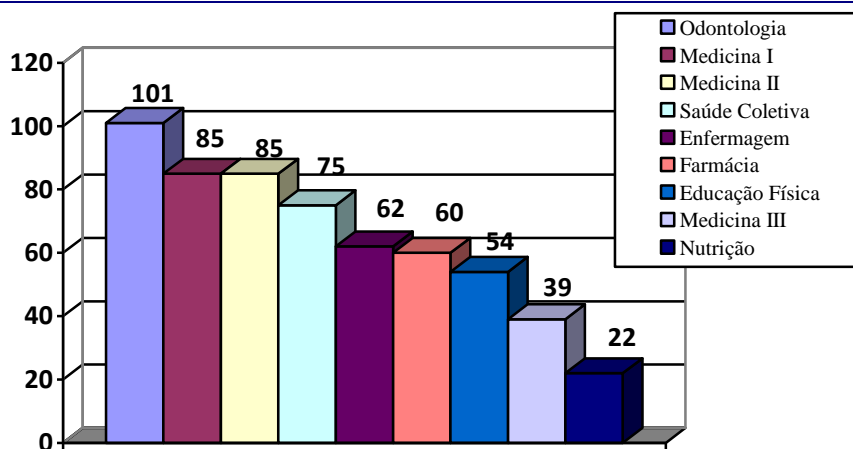


Gráfico 2 – Distribuição de Cursos/Programas de Pós-Graduação Brasileiros pela Grande Área da Saúde

FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

Há hoje no País 515 Mestrados Profissionais. Na Grande Área da Saúde, são 99 Mestrados Profissionais em andamento. A Área de Saúde Coletiva concentra o maior número de Mestrados Profissionais dessa Grande Área, seguida pela Odontologia e pela Enfermagem (**Gráfico 3**).

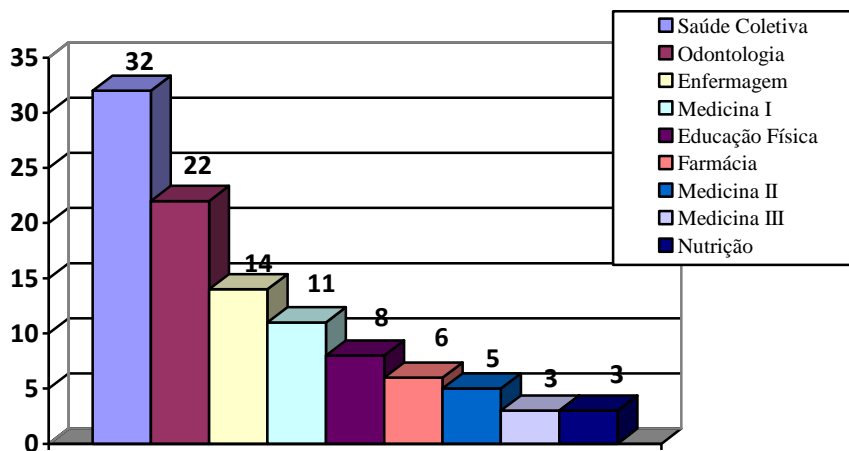


Gráfico 3 – Distribuição dos Mestrados Profissionais na Grande Área da Saúde

FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

Os Programas de Pós-Graduação concentram-se, geograficamente, nas Regiões Sudeste e Sul (**Gráfico**

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4). Esta mesma tendência é verificada para os Programas de Pós-Graduação na Grande Área da Saúde e, ao se analisar somente a Área de Odontologia, distribuição semelhante se observa (**Gráfico 5**).

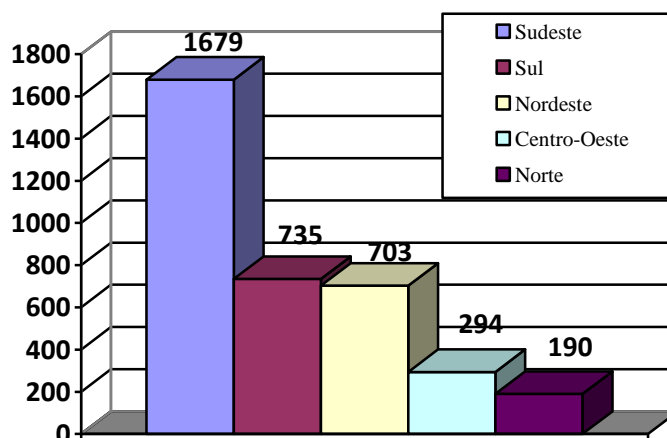


Gráfico 4 – Distribuição de todos Cursos/Programas de Pós-Graduação Brasileiros pelas Regiões Geográficas Brasileiras
FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

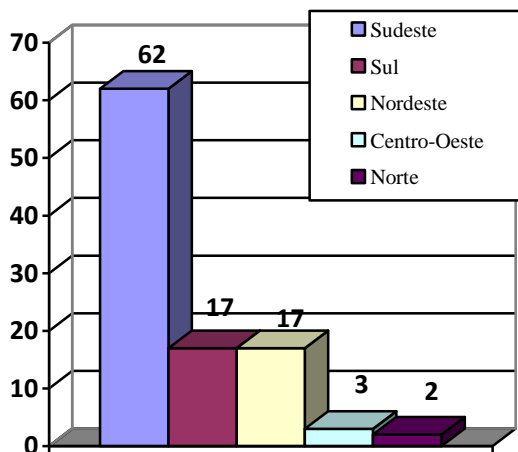


Gráfico 5 – Distribuição Geográfica dos Programas de Pós-Graduação Brasileiros da Área de Odontologia
FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quanto à conceituação, os Programas de Pós-Graduação se concentram em torno das notas “3” e “4” (**Gráfico 6**). Da mesma forma, os Cursos/Programas da Grande Área da Saúde e da Área de Odontologia estão conceituados como “3” e “4” (**Gráfico 7**).

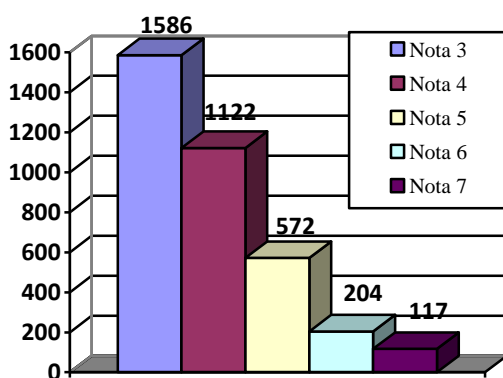


Gráfico 6 – Distribuição de todos Cursos/Programas de Pós-Graduação Brasileiros pelas Notas Obtidas

FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

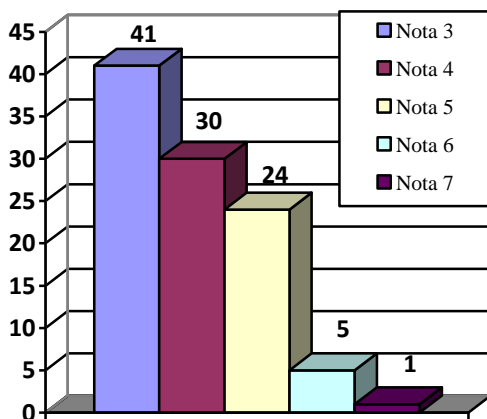


Gráfico 7 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação Brasileiros da Área de Odontologia por nota

FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Analisando a distribuição dos Programas da Área de Odontologia por nota e por região, observa-se que os programas com notas mais altas (Notas 5, 6 e 7) encontram-se somente nas Regiões Sudeste e Sul (**Figura 1**).

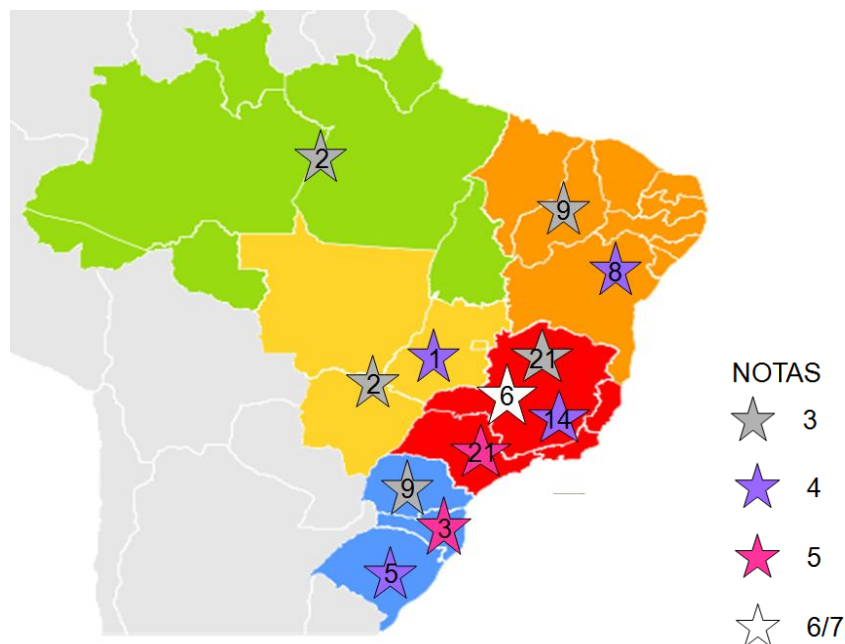


Figura 1 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação Brasileiros da Área de Odontologia por nota e região geográfica
FONTE: CAPES (Dados atualizados em 16/04/2013)

Um forte elemento da CAPES é o apoio financeiro aos programas de pós-graduação brasileiros. Dentre as modalidades de apoio estão as bolsas de estudo. A concessão de bolsas pela CAPES para os programas da Área, níveis mestrado e doutorado, tiveram um crescimento aquém do observado para o País (**Gráficos 8 a 10**). Já para as bolsas de pós-doutorado no País, o crescimento da Área acompanhou o crescimento nacional (**Gráfico 11**).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

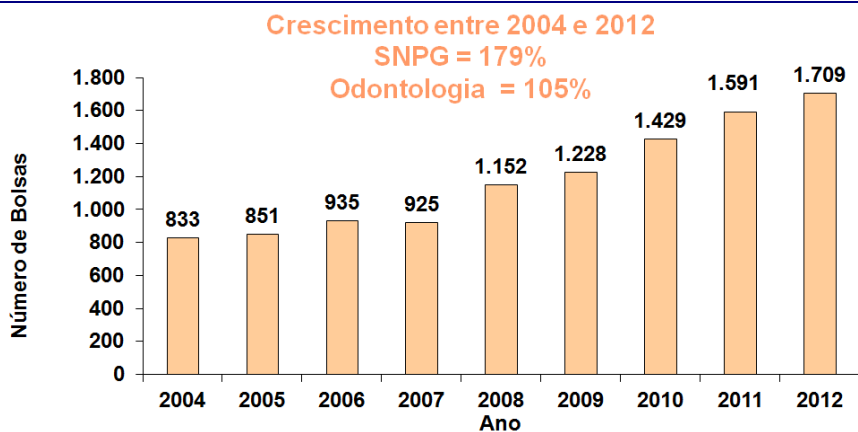


Gráfico 8 – Concessão de Bolsas de Estudo no País pela CAPES para a Área de Odontologia: evolução em todos os níveis, 2004 a 2012

FONTE: GeoCAPES

OBS: Estão sendo contabilizadas as bolsas do REUNI e Mestrado Profissional

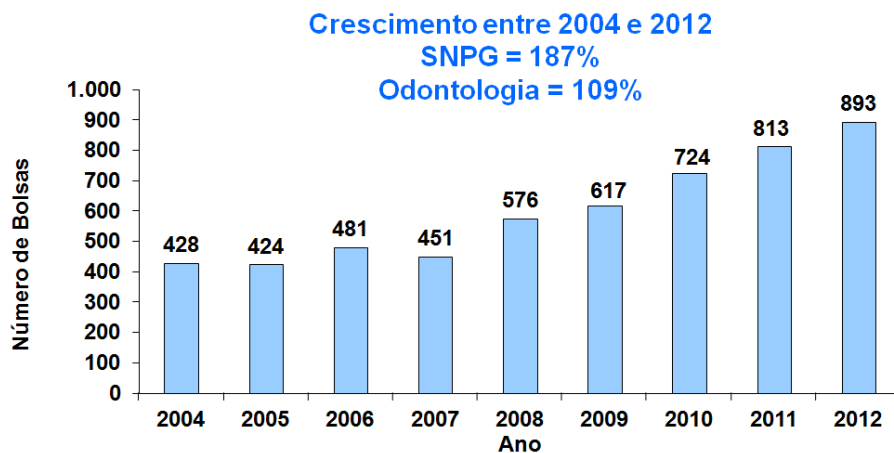


Gráfico 9 – Concessão de Bolsas de Mestrado no País pela CAPES para a Área de Odontologia: evolução nos anos 2004 a 2012

FONTE: GeoCAPES

OBS: Estão sendo contabilizadas as bolsas do REUNI e Mestrado Profissional

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

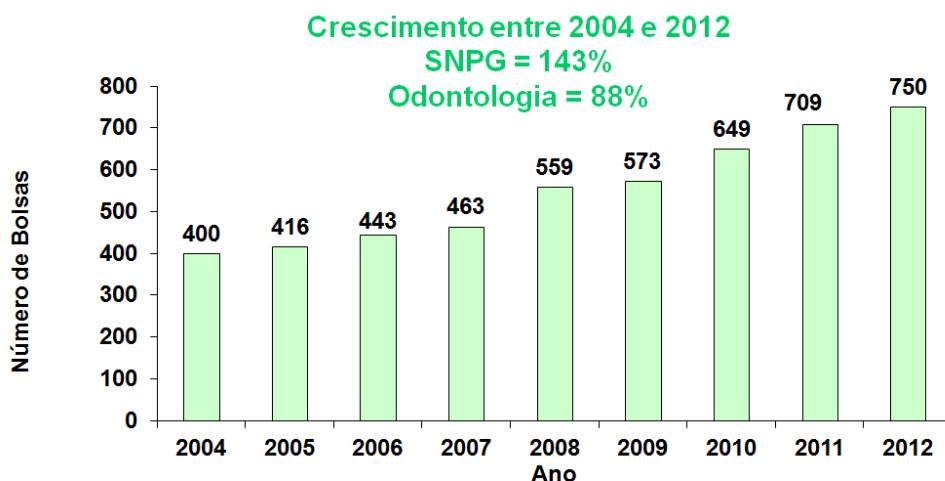


Gráfico 10 – Concessão de Bolsas de Doutorado no País pela CAPES para a Área de Odontologia: evolução nos anos 2004 a 2012

FONTE: GeoCAPES

OBS: Estão sendo contabilizadas as bolsas do REUNI

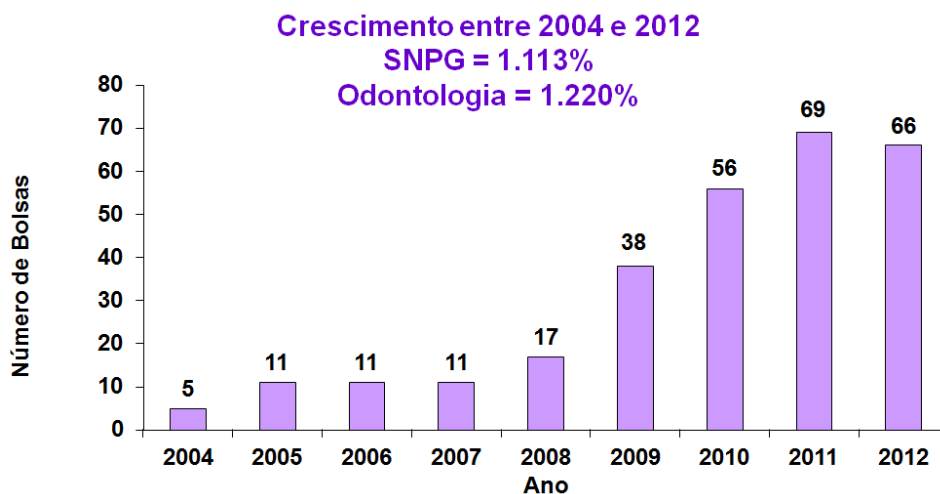


Gráfico 11 – Concessão de Bolsas de Pós-Doutorado no País pela CAPES para a Área de Odontologia: evolução nos anos 2004 a 2012

FONTE: GeoCAPES



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

INTERDISCIPLINARIDADE

A Odontologia é um campo de conhecimento específico e uma profissão da área da saúde que, por sua natureza, contempla ações no âmbito clínico-individual e coletivo. Entende, enquanto profissão social, que os problemas de saúde decorrem de um conjunto de fatores que englobam, além das condições de vida das pessoas, as relações culturais, sociais, econômicas e políticas da sociedade em que elas vivem, quebrando com a herança do entendimento da saúde como problema individual, médico e biológico.

Como eixo estruturante do ensino da graduação e da pós-graduação, as diretrizes curriculares impõem uma visão interdisciplinar da prática docente e profissional. A prática da profissão exige essa visão interdisciplinar, na medida em que interage com conhecimentos de outras áreas para entender e atender à integralidade da promoção da saúde. Essa interação, considerando a horizontalidade entre disciplinas, situa no ser humano e nas comunidades, uma plataforma de ação pautada no locus da saúde, onde a *Medicina, Saúde Coletiva, Fonoaudiologia, Nutrição, Ciências Farmacêuticas, Psicologia, Engenharias* bem como, a valiosa contribuição do pensamento da *Antropologia, (Bio)Ética, Sociologia e Pedagogia* coabitam formando um universo único do conhecimento aplicado para a saúde humana.

A multi e interdisciplinaridade são importantes nos programas de pós-graduação da Área da Odontologia, visto que a Área se beneficia com as relações e as interações com as outras profissões proporcionando melhor atenção ao indivíduo e às populações. Assim, são comuns linhas e projetos de pesquisa e disciplinas que possibilitam a interação entre os modelos da lógica profissional e a colaboração interprofissional.

O desafio atual da área está na instauração de ambiente democrático com estruturas e mecanismos institucionais que garantam o surgimento, o desenvolvimento e a manutenção de práticas fundamentadas na cooperação entre saberes e ações que tragam um impacto, ainda maior, na assistência, gestão, produção científica e tecnológica da profissão.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O estreito contato da pesquisa odontológica com a sociedade e a interlocução com outras áreas, nos fez enxergar, com mais propriedade, os principais problemas enfrentados pela população, principalmente aqueles oriundos dos determinantes sociais. Esses determinantes são fatores intervenientes não só para a condição de saúde da população, mas, também, para a qualidade de vida das pessoas. Nossas pesquisas têm produzido novas formas de pensar e agir em sociedade, estabelecendo, até mesmo, um novo contrato entre ciência e sociedade, versando em um trabalho voltado para a garantia de que o progresso científico se oriente para a resolução dos reais problemas que afetam a comunidade. Dentre esses problemas, a saúde tem sido nosso *locus* de estudo e intervenção e, com isso, a área da Odontologia tem buscado interagir com outras ciências para melhor enfrentamento das desigualdades sociais.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Nesse contexto, a educação tem sido nossa forte aliada para a formulação de teorias e práticas que nos possibilite formar profissionais-cidadãos empoderados e, portanto, capazes de transformar a sociedade. Agora, nosso desafio maior consiste em levar esse empoderamento para outras camadas da sociedade, de uma forma que o debate sobre a educação em saúde seja um instrumento importante no desenvolvimento do ser humano. O Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) contempla a educação básica como um assunto estratégico. A orientação é no sentido de que o debate sobre a inserção da odontologia na educação básica seja discutida por uma equipe interdisciplinar, possibilitando, assim, o envolvimento de todos os cursos de pós-graduação e uma verdadeira ampliação do debate, não ficando restrito, portanto, somente aos programas de pós-graduação em educação. A escola, em muitas ocasiões, é o mais importante local onde a família do aluno tem acesso para discutir diferentes aspectos da infância e adolescência. Assim, a escola passa a focar além de suas funções tradicionais, outros aspectos como o cuidado à saúde, o uso de drogas, a violência familiar. Nesse sentido, estabeleceu-se, em 2007, o Programa Saúde na Escola – PSE, uma iniciativa dos Ministérios da Saúde e da Educação. Trata-se de uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas brasileiras. Fazendo uso de um espaço privilegiado, a escola, induz práticas de promoção, prevenção da saúde e construção de uma cultura de paz. Em que se pese o fato do foco do PSE estar nas escolas públicas, as ações da área de Odontologia não se restringem somente às escolas públicas, uma vez que interage ainda com as escolas privadas.

As escolas públicas e privadas são espaços legítimos das nossas pesquisas e tem servido como campo de observação e intervenção e, nesse convívio científico, a área já percebeu que os fatores externos à escola que podem causar atraso no processo educativo, podem ser enfrentados por múltiplos lados, inclusive o viés da saúde. Além disso, o *feedback* estabelecido com nossas pesquisas tem demonstrado que é possível elaborar estratégias de intervenção que diminuam as iniquidades no processo educacional.

Além das pesquisas sobre condição de saúde do escolar, temos desenvolvido estudos com os professores da educação básica, buscando aferir, principalmente, o seu conhecimento em saúde. Esse fato proporcionou à Odontologia *expertise* para elaboração de projetos de extensão que, além de permitirem ações de promoção da saúde, geram conhecimentos oriundos desta prática. Outra contribuição está na construção de livros educacionais que podem fortalecer a formação do aluno no entendimento do cuidar da saúde. Em relação ao ensino médio, a possibilidade de o aluno realizar estágio em pesquisa na Área de Odontologia, fazendo uso das bolsas de iniciação científica – PIBIC Ensino Médio é ainda uma excelente oportunidade de integração.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO ACADÊMICO

1. Proposta do Curso

A proposta deve evidenciar claramente que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa, previamente a sua apresentação. Deve apresentar objetivamente quais são a relevância e as justificativas para a sua implantação bem como descrever os objetivos da criação do curso. Estes objetivos, por sua vez, devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere. A relevância social e regional para a implantação da proposta deve estar bem fundamentada.

O perfil do profissional a ser formado deve estar claramente definido. A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento. Faz parte da proposta do programa a explicitação da matriz curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que deve ser obtido cursando as disciplinas, realizando outras atividades e desenvolvendo o trabalho final.

A matriz curricular deve ser adequada para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação *lato sensu*. Deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, estando contempladas disciplinas que forneçam aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa bem como as ferramentas de escrita científica. Deve ainda apresentar estratégias de formação didático-pedagógicas.

O número de vagas oferecidas e de professores permanentes deve estar explicitamente apresentado. Cada docente permanente poderá ter, no máximo, oito (08) orientações de alunos de pós-graduação *stricto sensu* em andamento, considerando todos os programas onde atua (Art.2º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012).

Deve estar anexado à proposta o regimento da IES caso a mesma não possua curso de pós-graduação *stricto sensu* aprovado pela CAPES. Contudo, é obrigatório para todas IES o envio do regimento/regulamento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação, dentre outros aspectos.

O apoio institucional e as condições oferecidas pela IES para a realização do curso devem estar comprovados na proposta. Entende-se por apoio institucional não somente os atos e os documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e a autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também as condições concretas de contratação do corpo docente em número e com



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

formação adequada além de condições de infraestrutura.

2. Corpo Docente

Deve estar evidenciado que o corpo docente vem trabalhando junto à Instituição há, pelo menos, um (01) ano, possuindo linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produção científica anterior oriunda dessas pesquisas. A distribuição das atividades de ensino e pesquisa deve estar equilibrada entre os docentes permanentes.

O corpo docente permanente deve ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor; ter produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e/ou linha(s) de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes, sendo que, pelo menos, 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral e que não se enquadrem nas condições especiais previstas no Art. 2º. da Portaria CAPES Nº 2 de 4 de janeiro de 2012.

Conforme definido pela Grande Área da Saúde, o docente poderá participar como permanente em, no máximo, dois programas de pós-graduação da mesma Instituição. O docente não poderá participar como permanente em duas Instituições diferentes ao mesmo tempo. A participação em mais de dois programas de pós-graduação será permitida excepcional e temporariamente conforme definido pelo Art. 3º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012).

São valorizadas atividades de cooperação e intercâmbio institucional, devendo ser detalhados os produtos dessa interação. A participação de docentes de outras Instituições, contudo, não deve caracterizar dependência externa e não pode ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Será valorizada a presença de docentes permanentes com bolsas de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico e industrial concedidas por agências de fomento nacional e estadual.

Para os cursos de mestrado, os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação (IC, TCC) ou especialização.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de pesquisa.

A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e os projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa em agências públicas ou privadas.

É primordial que todos os docentes permanentes participem de linhas e projetos de pesquisa. Recomenda-se que um docente permanente atue em, no máximo, duas linhas de pesquisa e que uma linha de pesquisa



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. Ademais, uma linha é considerada ativa quando se observa a presença de, no mínimo, três projetos em andamento. É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos de pesquisa.

É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente permanente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual dos docentes permanentes deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas e projetos de pesquisa. Deve estar bem distribuída entre os docentes permanentes.

A produção intelectual do último **triênio** dos docentes permanentes será avaliada e deve atender a critérios quantitativos e qualitativos mínimos. Parte majoritária dos docentes permanentes deverá apresentar artigos em periódicos classificados como Qualis B3 ou superior.

No triênio será considerado, para a avaliação da proposta, um máximo de 3 artigos B4 e de 3 artigos B5 por docente permanente.

A produção intelectual é considerada requisito essencial para a recomendação do curso. Os programas que não atenderem a esse requisito não terão recomendação para funcionamento. Assim, somente os cursos que preencherem simultaneamente os critérios quantitativos e qualitativos poderão ser recomendados.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar laboratórios específicos adequados para a realização ou consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Deverá estar indicado na proposta o vínculo entre os laboratórios e as linhas/projetos de pesquisa. A IES também deverá possuir salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos. Salas para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas devem estar adequadas. O parque de informática deve ser descrito, destacando a disponibilidade de acesso a professores e estudantes.

Docentes e alunos deverão ter acesso *on line* a bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos com artigos em textos completos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros. A biblioteca deve conter em seu acervo a bibliografia recomendada nas disciplinas que compõem a proposta curricular do curso.

A infraestrutura para condução das atividades administrativas inerentes ao curso deve estar descrita e adequada.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A Instituição poderá ser visitada por comissão estabelecida pela CAPES com vistas à avaliação *in loco* das condições de infraestrutura de ensino e pesquisa.

DOUTORADO

1. Proposta do Curso

A proposta deve evidenciar claramente que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa, previamente a sua apresentação. Deve apresentar objetivamente quais são a relevância e as justificativas para a sua implantação bem como descrever os objetivos da criação do curso. Estes objetivos, por sua vez, devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere. A relevância social e regional para a implantação da proposta deve estar bem fundamentada.

O perfil do profissional a ser formado deve estar claramente definido. A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento. Faz parte da proposta do programa a explicitação da matriz curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que deve ser obtido cursando as disciplinas, realizando outras atividades e desenvolvendo o trabalho final.

A matriz curricular deve ser adequada para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação *lato sensu*. Deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, estando contempladas disciplinas que forneçam aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa bem como as ferramentas de escrita científica. Deve ainda apresentar estratégias de formação didático-pedagógicas.

O número de vagas oferecidas e de professores permanentes deve estar explicitamente apresentado. Cada docente permanente poderá ter, no máximo, oito (08) orientações de alunos de pós-graduação *stricto sensu* em andamento, considerando todos os programas onde atua (Art.2º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012).

Deve estar anexado à proposta o regimento da IES caso a mesma não possua curso de pós-graduação *stricto sensu* aprovado pela CAPES. Contudo, é obrigatório para todas IES o envio do regimento/regulamento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação, dentre outros aspectos.

O apoio institucional e as condições oferecidas pela IES para a realização do curso devem estar comprovados na proposta. Entende-se por apoio institucional não somente os atos e os documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e a autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também as condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequada além de condições de infraestrutura.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente

Deve estar evidenciado que o corpo docente vem trabalhando junto à Instituição há, pelo menos, um (01) ano, possuindo linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produção científica anterior oriunda dessas pesquisas. A distribuição das atividades de ensino e pesquisa deve estar equilibrada entre os docentes permanentes.

O corpo docente permanente deve ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor; ter produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e/ou linha(s) de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes, sendo que, pelo menos, 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral e que não se enquadrem nas condições especiais previstas no Art. 2º. da Portaria CAPES Nº 2 de 4 de janeiro de 2012.

Conforme definido pela Grande Área da Saúde, o docente poderá participar como permanente em, no máximo, dois programas de pós-graduação da mesma Instituição. O docente não poderá participar como permanente em duas Instituições diferentes ao mesmo tempo. A participação em mais de dois programas de pós-graduação será permitida excepcional e temporariamente conforme definido pelo Art. 3º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012).

São valorizadas atividades de cooperação e intercâmbio institucional, devendo ser detalhados os produtos dessa interação. A participação de docentes de outras Instituições, contudo, não deve caracterizar dependência externa e não pode ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Será valorizada a presença de docentes permanentes com bolsas de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico e industrial concedidas por agências de fomento nacional e estadual.

Para os cursos de doutorado, deve estar demonstrada a experiência docente em orientar dissertações de mestrado.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de pesquisa.

A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e os projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa em agências públicas ou privadas.

É primordial que todos os docentes permanentes participem de linhas e projetos de pesquisa. Recomenda-se que um docente permanente atue em, no máximo, duas linhas de pesquisa e que uma linha de pesquisa não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. Ademais, uma linha é considerada ativa quando se observa a presença de, no mínimo, três projetos em andamento. É desejável a presença de



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

alunos de graduação nos projetos de pesquisa e, no caso de proposta de doutorado, com mestrado já existente, a presença de alunos de mestrado.

É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente permanente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual dos docentes permanentes deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas e projetos de pesquisa. Deve estar bem distribuída entre os docentes permanentes.

A produção intelectual do último **triênio** dos docentes permanentes será avaliada e deve atender a critérios quantitativos e qualitativos mínimos. Parte majoritária dos docentes permanentes deverá apresentar artigos em periódicos classificados como Qualis B2 ou superior. No triênio será considerado, para a avaliação da proposta, um máximo de 3 artigos B4 e de 3 artigos B5 por docente permanente.

A produção intelectual é considerada requisito essencial para a recomendação do curso. Os programas que não atenderem a esse requisito não terão recomendação para funcionamento. Assim, somente os cursos que preencherem simultaneamente os critérios quantitativos e qualitativos poderão ser recomendados.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar laboratórios específicos adequados para a realização ou consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Deverá estar indicado na proposta o vínculo entre os laboratórios e as linhas/projetos de pesquisa. A IES também deverá possuir salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos. Salas para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas devem estar adequadas. O parque de informática deve ser descrito, destacando a disponibilidade de acesso a professores e estudantes.

Docentes e alunos deverão ter acesso *on line* a bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos com artigos em textos completos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros. A biblioteca deve conter em seu acervo a bibliografia recomendada nas disciplinas que compõem a proposta curricular do curso.

A infraestrutura para condução das atividades administrativas inerentes ao curso deve estar descrita e adequada.

A Instituição poderá ser visitada por comissão estabelecida pela CAPES com vistas à avaliação *in loco* das condições de infraestrutura de ensino e pesquisa.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL

1. Proposta do Curso

A proposta deve evidenciar claramente que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa, previamente a sua apresentação. Deve apresentar objetivamente quais são a relevância e as justificativas para a sua implantação bem como descrever os objetivos da criação do curso. Estes objetivos, por sua vez, devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere. A relevância social e regional para a implantação da proposta deve estar bem fundamentada.

O perfil do profissional a ser formado deve estar claramente definido. A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento. Faz parte da proposta do programa a explicitação da matriz curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que deve ser obtido cursando as disciplinas, realizando outras atividades e desenvolvendo o trabalho final.

A matriz curricular deve ser adequada para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação *lato sensu*. Deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, estando contempladas disciplinas que forneçam aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa bem como as ferramentas de escrita científica. Deve ainda apresentar estratégias de formação didático-pedagógicas.

O número de vagas oferecidas e de professores permanentes deve estar explicitamente apresentado. Cada docente permanente poderá ter, no máximo, oito (08) orientações de alunos de pós-graduação *stricto sensu* em andamento, considerando todos os programas onde atua (Art.2º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012).

Deve estar anexado à proposta o regimento da IES caso a mesma não possua curso de pós-graduação *stricto sensu* aprovado pela CAPES. Contudo, é obrigatório para todas IES o envio do regimento/regulamento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação, dentre outros aspectos.

O apoio institucional e as condições oferecidas pela IES para a realização do curso devem estar comprovados na proposta. Entende-se por apoio institucional não somente os atos e os documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e a autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também as condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequada além de condições de infraestrutura.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente

Deve estar evidenciado que o corpo docente vem trabalhando junto à Instituição há, pelo menos, um (01) ano, possuindo linhas de atuação consolidadas, demonstradas pela presença de produção técnico-científica anterior oriunda dessas pesquisas. A distribuição das atividades de ensino e pesquisa deve estar equilibrada entre os docentes permanentes.

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa nº 17 de 28 de dezembro de 2009).

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes, sendo que, pelo menos, 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral e que não se enquadrem nas condições especiais previstas no Art. 2º. da Portaria CAPES Nº 2 de 4 de janeiro de 2012.

Conforme definido para a Grande Área da Saúde, o docente poderá participar como permanente em, no máximo, dois programas de pós-graduação da mesma Instituição. O docente não poderá participar como permanente em duas Instituições diferentes ao mesmo tempo. A participação em mais de dois programas de pós-graduação será permitida excepcional e temporariamente conforme definido pelo Art. 3º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012.

São valorizadas atividades de cooperação e intercâmbio institucional, devendo ser detalhados os produtos dessa interação. A participação de docentes de outras Instituições, contudo, não deve caracterizar dependência externa e não pode ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Será valorizada a presença de docentes permanentes com bolsas de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico e industrial concedidas por agências de fomento nacional e estadual.

Os docentes permanentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação (IC, TCC) ou especialização.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas de atuação e os projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de atuação.

A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas de atuação e projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa em agências públicas ou privadas.

É primordial que todos os docentes permanentes participem de linhas de atuação e projetos de pesquisa. Recomenda-se que um docente permanente atue em, no máximo, duas linhas de atuação e que uma linha de atuação não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. Ademais, uma linha é



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

considerada ativa quando se observa a presença de mais de dois projetos em andamento. É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos de pesquisa e, no caso de proposta oriunda de Instituição que possua um programa/curso acadêmico em andamento, a presença desses alunos de pós-graduação.

É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente permanente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

4. Produção Intelectual

A produção técnico-científica dos docentes permanentes deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de atuação e projetos de pesquisa. Deve estar bem distribuída entre os docentes permanentes.

A produção intelectual do último **quinquênio** dos docentes permanentes será avaliada e deve atender a critérios quantitativos e qualitativos mínimos. Parte majoritária dos docentes permanentes deverá apresentar artigos em periódicos classificados como Qualis B3 ou superior. No quinquênio será considerado, para a pontuação, um máximo de 5 artigos B4 e de 5 artigos B5 por docente permanente.

A produção técnica é valorizada. Portanto, serão consideradas as produções técnicas do corpo docente permanente para o último **quinquênio**, tais como:

- Patentes e registro de propriedade intelectual,
- Desenvolvimento de softwares,
- Projetos de inovação tecnológica,
- Documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais,
- Prestação de serviço pelo corpo docente permanente, incluindo participação em comissões e comitês técnicos relacionados com serviço na área de saúde,
- Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área,
- Elaboração de normas, protocolos e programas para a área de Saúde/Odontologia,
- Consultorias e assessorias técnicas ou de políticas de saúde,
- Livros-texto e capítulos de livro-texto com ISBN,
- Outros produtos técnicos relevantes a critério da Área.

A produção técnico-científica é considerada requisito essencial para a recomendação do curso. Os programas que não atenderem a esses dois requisitos, analisados independentemente, não terão recomendação para funcionamento. Assim, somente os cursos que preencherem os critérios quantitativos e qualitativos poderão ser recomendados.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar laboratórios específicos adequados para a realização ou consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de atuação relacionadas na proposta. Deverá estar indicado na proposta o vínculo entre os laboratórios e as linhas de atuação e projetos de pesquisa. A IES também deverá possuir salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos. Salas para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas devem estar adequadas. O parque de informática deve ser descrito, destacando a disponibilidade de acesso a professores e estudantes.

Docentes e alunos deverão ter acesso *on line* a bases de indexação bibliográfica, assim como periódicos com artigos em textos completos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros. A biblioteca deve conter em seu acervo a bibliografia recomendada nas disciplinas que compõem a proposta curricular do curso.

A infraestrutura para condução das atividades administrativas inerentes ao curso deve estar descrita e adequada.

A Instituição poderá ser visitada por comissão estabelecida pela CAPES com vistas à avaliação *in loco* das condições de infraestrutura de ensino e pesquisa.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A Ficha de Avaliação Trienal 2013 para os programas acadêmicos mantém os cinco Quesitos utilizados durante a Avaliação Trienal anterior, a saber: **1) Proposta do Programa; 2) Corpo Docente; 3) Corpo Discente, Teses e Dissertações; 4) Produção Intelectual; 5) Inserção Social**. Para os mestrados profissionais, em que se pesem algumas modificações no formato da ficha, quando comparada com a avaliação anterior, não incorpora alterações na essência dos aspectos analisados. Assim, para os Mestrados Profissionais os cinco Quesitos avaliados são: **1) Proposta do Programa; 2) Corpo Docente; 3) Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão; 4) Produção Intelectual e 5) Inserção Social**.

Para ambas as modalidades cada um dos cinco Quesitos, bem como os Itens que os compõem, receberá o conceito “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco” ou “Deficiente”, sendo que a nota final atribuída a cada Programa expressa o atendimento por parte desse Programa no todo, e não apenas em parte, de um determinado padrão de qualidade. A Ficha de Avaliação assegura, todavia, um maior peso nos Quesitos **3) Corpo Discente ... e 4) Produção Intelectual**, uma vez que esses dois Quesitos contemplam resultados e não processos, sendo considerados os eixos centrais mais relevantes para o processo avaliativo por todas as áreas.

A Ficha de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da Área de Odontologia pautou-se nas deliberações do CTC-ES/CAPES e nos aspectos pactuados pela Grande Área da Saúde. A seguir algumas diretrizes do processo avaliativo para o triênio 2010/2012.

1. Quanto à definição dos pesos dos Quesitos

- i) Quesito **1) Proposta do Programa** será mantido com peso “0”, mas é considerado como “requisito forte” ou “trava” para a definição da nota final. O Programa que obtiver o conceito “Fraco” ou “Deficiente” neste Quesito não poderá ter nota superior a “3”.
- ii) Para os programas acadêmicos os Quesitos **2) Corpo Docente e 5) Inserção Social** devem somar 30% e os Quesitos **3) Corpo Discente... e 4) Produção Intelectual**, por sua vez, somam 70%.
- iii) Para os mestrados profissionais os Quesitos **2) Corpo Docente e 5) Inserção Social** devem somar 40% e os Quesitos **3) Corpo Discente... e 4) Produção Intelectual**, por sua vez, somam 60%

O QUADRO 1 abaixo apresenta os valores de cada um dos cinco Quesitos para os programas acadêmicos e para os mestrados profissionais.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

QUADRO 1

Valores dos Quesitos da Ficha de Avaliação Trienal 2013 para os programas acadêmicos e profissionais da Área de Odontologia

Programas Acadêmicos		Mestrados Profissionais	
Quesitos	Valores dos Quesitos		Quesitos
Proposta do Programa	0	0	Proposta do Programa
Corpo Docente	20%	20%	Corpo Docente
Corpo Discente...	30%	20%	Corpo Discente...
Produção Intelectual	40%	40%	Produção Intelectual
Inserção Social	10%	20%	Inserção Social

2. Quanto ao conteúdo dos Itens de cada Quesito

- Coube a cada Área, dentro do acordado no CTC-ES, detalhar os aspectos ou indicadores correspondentes a cada Item e a forma como tais aspectos ou indicadores serão por ela tratados na realização da avaliação.
- Cada Área pode, se o desejasse, incluir em sua proposta novo Item para atender às especificidades do desempenho dos programas a ela vinculados. Deste modo, a Grande Área da Saúde incluiu no Quesito 2) **Corpo Docente**, para os programas acadêmicos, o **Item 2.5 Captação de recursos pelos docentes para pesquisa**. Para os mestrados profissionais o mesmo item foi inserido como **Item 2.4**.

3. Quanto à atribuição da Nota

- i) Para obter a nota final “5”, o Programa deverá obter “Muito Bom” em pelo menos quatro dos cinco Quesitos existentes, entre os quais terão que figurar necessariamente os Quesitos 3) **Corpo Discente...** e 4) **Produção Intelectual**.
- ii) As notas “6” e “7” são reservadas para os programas com o nível de doutorado que apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação ao dos demais programas. São elegíveis à nota “6” ou “7”, os Programas que obtiverem “Muito Bom” em todos os quesitos. No que diz respeito

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

aos critérios que servirão de base para a identificação dos programas que, em relação aos demais programas de alto nível de sua área e no contexto da pós-graduação nacional, apresentem um **diferencial de desempenho** que lhes permita ser contemplados com as notas “6” ou “7”, torna-se necessário o atendimento, concomitante, de um conjunto de características que culminam em um diferencial de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional do Programa. Os itens abaixo elencados indicam os principais aspectos considerados para identificar os programas com essas características:

- 1 Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos;
- 2 Consolidação e liderança nacional e internacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação;
- 3 Liderança nacional na nucleação de Programas de Pós-Graduação e de Grupos de Pesquisa;
- 4 Inserção, presença e relevância do Programa na sociedade.

4. Quanto à avaliação de Cursos/Programas recém-recomendados

Entende-se por Curso/Programa recém-recomendado aquele Mestrado que tenha menos de três anos de funcionamento e o Doutorado com menos de cinco anos. Esse prazo é computado a partir da data de início de funcionamento informado à CAPES pela IES.

O Mestrado recém-recomendado, na sua primeira avaliação trienal, não poderá ser descredenciado, exceto se forem apresentadas alterações significativas em relação à proposta aprovada, incluindo a infraestrutura, o corpo docente, a proposta propriamente dita. O mesmo preceito se aplica ao Doutorado recém-recomendado, frisando-se, porém, que sua imunidade vale apenas para a primeira avaliação trienal. Se, ao ocorrer a segunda avaliação, o Doutorado ainda não tiver tido tempo para titular com regularidade seus alunos, os demais indicadores da avaliação serão considerados, podendo ele ser, no caso de evidências de má qualidade, descredenciado. A imunidade ao descredenciamento descrita para os Cursos/Programas recém-recomendados, em qualquer nível de formação, **não** impede, porém, o rebaixamento da nota conferida ao Curso/Programa.

Na avaliação dos Cursos/Programas recém-recomendados, não receberão conceitos os Itens que não possam ainda ser avaliados, em especial os que dizem respeito a teses e dissertações defendidas, a não ser que já tenham ocorrido defesas em número suficiente para permitir uma avaliação significativa. A produção de discentes-autores poderá ser avaliada, também, desde que haja escala para proferir um conceito.

Os Itens do **Quesito Corpo Discente** que não possam ainda ser avaliados, conforme explicitados acima, não serão computados para efeito de conceito. Os seus pesos serão redistribuídos automaticamente entre todos os demais Itens da Ficha (importante: não entre os demais itens do quesito, mas entre os da Ficha como um todo).

Por outro lado, se houver Itens no **Quesito Corpo Discente** que possam ser apreciados porque o curso recém-recomendado já tem escala no mesmo, serão gerados os respectivos conceitos.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5. Seminários de Acompanhamento

Foram realizados dois seminários de acompanhamento e uma reunião com os coordenadores dos programas que obtiveram Nota 3 nas três últimas avaliações trienais. Todos esses encontros foram desenvolvidos na sede da CAPES em Brasília. Seus relatórios encontram-se disponibilizados na página da Área (<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4679-odontologia>).

A reunião com os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Odontologia que receberam Nota 3 nas três últimas avaliações trienais foi realizada nos dias 6 e 7 de outubro de 2011. Os dois Seminários de Acompanhamento, ocorridos nos dias 6 e 7 de março de 2013 e nos dias 3 a 5 de abril de 2013, contaram com a presença de coordenadores de Programas nas modalidades acadêmica e profissional, independente da nota.

Para reunião com os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Odontologia que receberam Nota 3 nas três últimas avaliações trienais, adotou-se a seguinte metodologia. Inicialmente, um grupo de cinco consultores, reunido na CAPES no dia 5 de outubro de 2011, avaliou cada um dos 10 programas, apontando para os aspectos fortes e fracos que seriam o foco de discussão nos dias seguintes com os coordenadores. Nos dias 6 e 7 de outubro de 2011, os coordenadores apresentaram seus programas utilizando um template em PowerPoint contendo informações sobre: proposta do programa, corpo discente, corpo docente e sua produção intelectual, pontos fortes e fracos, metas e desafios para o triênio. Em seguida, os coordenadores foram divididos em dois grupos – acadêmicos e profissionais, e, com os consultores, discutiram estratégias de fortalecimento e apresentaram um relatório com o indicativo de ações a serem adotadas. A última etapa da reunião envolveu encontros individualizados quando os consultores discutiram, com cada coordenador do programa, as estratégias específicas a serem adotadas para o seu fortalecimento. Nessa ocasião foram indicadas visitas a dois programas. O relatório final desse seminário possui, portanto, para cada um dos dez programas descrição sobre: 1) Resumo das três últimas Fichas de Avaliação Trienal; 2) Apresentação Oral pelo/a Coordenador/a; 3) Reunião Individual com o/a Coordenador/a do Programa; 4) Sugestões para o Programa e 5) Recomendações Finais.

O Seminário de Acompanhamento realizado em março de 2012 envolveu todos os programas da Área de Odontologia. Inicialmente foram feitas apresentações por programas selecionados para relatar a experiência de trajetória. O palestrante a se apresentar desenvolveu sobre as estratégias adotadas com o impacto na melhoria da nota que passou de 3 para 4, o que permitiu a abertura do nível de doutorado. A seguir, o segundo palestrante apresentou as ações implementadas para o fortalecimento do programa que culminaram, na última avaliação, na elevação da nota de 4 para 5. Subsequente terceiro palestrante destacou a trajetória do programa com ênfase nas ações para alcançar o nível de excelência uma vez que, na última avaliação trienal, a nota elevou de 5 para 6. Representando a modalidade profissional, o quarto palestrante relatou as ações em andamento para fortalecer o mestrado profissional em Odontologia. Encerradas as apresentações os coordenadores foram divididos segundo a nota e a modalidade do programa e reuniram-se com consultores para discutir questões pertinentes ao estágio de desenvolvimento do programa. Para aqueles **Programas Acadêmicos Nota 3**, colocou-se a seguinte questão: *Como estabelecer um planejamento estratégico para incrementar as atividades de pesquisa, produção*



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

*intelectual qualificada e orientação envolvendo os corpos docente e discente?. Para os **Programas Acadêmicos Nota 4**, Como estabelecer um planejamento estratégico visando o incremento da produção intelectual qualificada, consolidação da formação de recursos humanos e inserção social? Para os **Programas Acadêmicos Notas 5/6/7**, Como estabelecer um planejamento estratégico visando buscar a excelência da produção intelectual qualificada, captação de recursos, internacionalização e inserção social (impacto educacional, impacto na formação de recursos humanos e solidariedade)? E para os **Mestrados Profissionais**, Como estabelecer um planejamento estratégico para induzir a inserção social e estimular a produção técnico-científica?*

Além disto, todos os grupos discutiram questões referentes às Portarias 1 e 2/2012 por meio das seguintes questões:

- 1 *Qual deveria ser o percentual de docentes em 40 horas do corpo permanente?*
- 2 *Qual deveria ser o percentual de docente permanentes que podem orientar mais de 8 orientações e quais os critérios de excepcionalidade?*
- 3 *Qual deveria ser o percentual dos docentes permanentes que podem participar como docente permanente em condições especiais conforme definidas na Portaria 2 (aposentados, bolsistas de fixação e cedidos)?*
- 4 *Qual deveria ser a proporção de docentes colaboradores em função do corpo permanente?*

Já no Seminário de Acompanhamento realizado em abril de 2013, uma nova dinâmica foi adotada. Foram empregados três dias de atividades. No primeiro, encontraram-se apenas os coordenadores dos programas acadêmicos que foram divididos em seis grupos de trabalho para discutir o Documento de Área e os critérios de avaliação. Cada grupo discutiu um dos aspectos: 1) Proposta do Programa; 2) Corpo Docente; 3) Corpo Discente, Teses e Dissertações; 4) Produção Intelectual; 5) Inserção Intelectual e 6) Internacionalização. Todos os grupos, contudo, discutiram a Interdisciplinaridade em Odontologia. No segundo dia de atividades, reuniram-se os coordenadores de programas acadêmicos e de mestrados profissionais, quando apresentações sobre a Área, a DAV/CAPES, a DPB/CAPES, a DRI/CAPES foram realizadas. No último dia, contando com somente a presença dos coordenadores de mestrados profissionais, foi realizada a discussão do Documento de Área e critérios de avaliação para essa modalidade. Os coordenadores foram divididos em cinco grupos e cada um desses discutou um dos aspectos: Documento de Área e os critérios de avaliação. Cada grupo discutiu um dos aspectos: 1) Proposta do Programa; 2) Corpo Docente; 3) Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão; 4) Produção Intelectual e Profissional Destacada; 5) Inserção Intelectual. Todos os grupos discutiram a Interdisciplinaridade em Odontologia. Os indicativos dessas discussões foram incorporados a este Documento de Área.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações gerais sobre o Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

Entende-se por **periódicos**, as revistas científicas dotadas de ISSN que não só apresentem regularidade, periodicidade, qualidade de formato e conteúdo como também possuam corpo editorial e de consultores, distribuição de autorias e rigor na seleção de artigos. Essas revistas científicas devem estar ainda indexadas em bases de dados reconhecidas.

Conforme determinado pelo CTC-ES/CAPES, os periódicos passam a ser classificados em oito estratos: **A1** (o mais elevado); **A2**; **B1**; **B2**; **B3**; **B4**; **B5** e **C** (este com peso zero). Os seguintes indicadores foram empregados para determinar os estratos mais altos da classificação Qualis de periódicos: fator de impacto (JCR/ISI) e *Cites per doc* (SCImago/Elsevier). Para o fator de impacto – IF foram usados os valores publicados em 2012 e referentes ao ano de 2011. Para o *Cites per doc* foram empregados os valores publicados em dezembro de 2012 e referentes ao ano de 2011.

Atendendo ainda determinação do CTC-ES/CAPES, reunido em 4 de março de 2009, os seguintes aspectos foram observados:

1. O percentual de periódicos classificados no estrato A1 deve ser menor do que ao dos classificados em A2;
2. A soma dos percentuais de periódicos classificados nos estratos A1 e A2 não deve ultrapassar 25% e a dos estratos A1, A2 e B1 não deve ser superior a 50%;
3. Pelo menos cinco estratos devem ser representativos (10%, no mínimo);
4. O número de periódicos classificados como C deve ficar próximo a zero, pois estes são excluídos do cálculo dos percentuais mencionados acima.

Para a Área de Odontologia, ficaram estabelecidos os seguintes estratos de classificação Qualis dos periódicos nos quais os diferentes programas de pós-graduação *stricto sensu* em Odontologia apresentaram publicações, com respectivos pesos:

Estrato	Definição	Peso
A1	Periódicos com valores <i>IF/Cites</i> $\geq 3,15$	100
A2	Periódicos com valores <i>IF/Cites</i> entre 2,10-3,14	85
B1	Periódicos com valores <i>IF/Cites</i> entre 1,56-2,09	70
B2	Periódicos com valores <i>IF/Cites</i> entre 0,50-1,55	55
B3	Periódicos com valores <i>IF/Cites</i> $\leq 0,49$ ou periódicos catalogados em pelo menos uma das seguintes bases: Medline/PubMed ou SciELO	40
B4	Periódicos indexados em pelo menos uma das bases: LILACS, LATINDEX ou EBSCO	15
B5	Periódicos indexados na base BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA – BBO ou que sejam editados por sociedades científicas nacionais representativas da Área	5

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

C	Periódicos considerados impróprios ou que não atendam aos critérios explicitados anteriormente	0
----------	--	---

Para definir o estrato do periódico, foi considerado o valor mais elevado observado para IF ou *Cites per doc*.

Em atendimento à demanda dos programas, adotou-se a seguinte política de indução a periódicos:

- 1) Todas as subáreas tiveram periódicos classificados nos estratos A1 e A2;
- 2) Os três mais importantes periódicos nacionais em Odontologia (BOR, BDJ e JAOS) e na área de Saúde Coletiva (Cadernos de Saúde Pública, Revista de Saúde Pública e Ciência e Saúde Coletiva) foram induzidos um estrato, sendo classificados como B1.

Para ajustar o princípio da qualidade da produção ao sistema de avaliação por pontos, será necessário adotar algumas travas para não possibilitar aos programas a obtenção da totalidade dos pontos necessários apenas com publicações de menor circulação e impacto.

Foram classificados 2038 periódicos para o triênio 2010-12 e a distribuição dos periódicos ficou assim resumida (**Gráficos 12 e 13**).

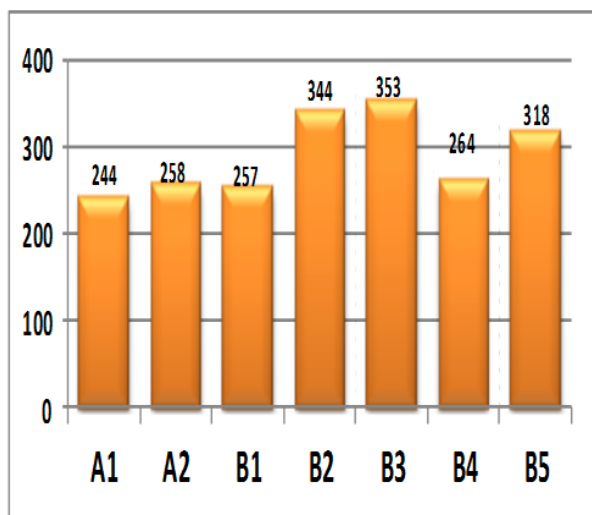


Gráfico 12 – Distribuição absoluta dos 2038 periódicos da Área de Odontologia para o Triênio 2010-12

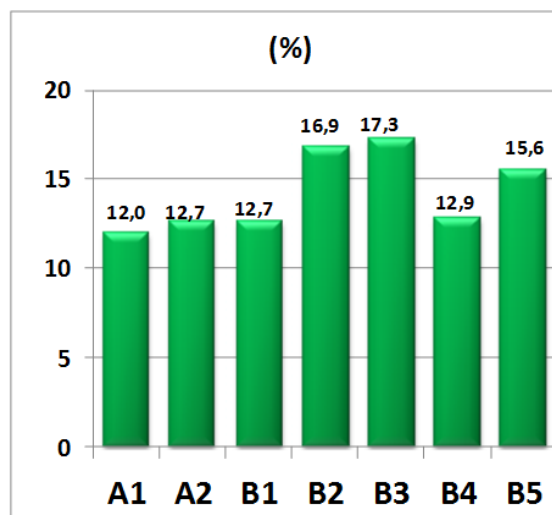


Gráfico 13 – Distribuição relativa (%) dos 2038 periódicos da Área de Odontologia para o Triênio 2010-12

A área não adota o roteiro para classificação de livros, pois a mesma utiliza de modo pouco expressivo esta modalidade de publicação. A Área de Odontologia produz livros-texto técnicos não decorrentes de um projeto de pesquisa. Deste modo, esses livros-texto são contabilizados para a produção técnica e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

avaliados ainda no impacto educacional do programa.

Da mesma forma, a área de Odontologia não classifica eventos e a participação nesses é considerada apenas para o alunado.

Os produtos técnicos considerados pela Área são, conforme descritos no Item II.2.3 deste Documento de Área:

- Patentes e registro de propriedade intelectual,
- Desenvolvimento de softwares,
- Projetos de inovação tecnológica,
- Documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais,
- Prestação de serviço pelo corpo docente permanente, incluindo participação em comissões e comitês técnicos relacionados com serviço na área de saúde,
- Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área,
- Elaboração de normas, protocolos e programas para a área de Odontologia,
- Consultorias e assessorias técnicas ou de políticas de saúde,
- Livros-texto e capítulos de livro-texto com ISBN,
- Outros produtos técnicos relevantes a critério da Área.

V. Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012: Acadêmicos

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	Devem ser avaliados os seguintes aspectos: <ol style="list-style-type: none"> 1) adequação, a coerência e a quantidade das Linhas de Pesquisa - LP com as respectivas Áreas de Concentração – AC; 2) adequação, a coerência e a quantidade dos Projetos de Pesquisa – PP - com as respectivas LP; 3) adequação, a coerência e a quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LP e AC; 4) consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias; 5) presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica; 6) presença de estratégias de formação didático-pedagógicas; 7) avaliação sobre a multi e interdisciplinaridade do programa

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>20%</p>	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) adequação das propostas do programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais; 2) propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação de mestres e doutores quanto à produção de conhecimento; 3) propostas de qualificação do corpo docente; 4) formas e meios que o programa pretende adotar para enfrentar os desafios da área e atingir seus objetivos atuais e futuros.
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>30%</p>	<p>Devem ser avaliadas a existência, a adequação e a suficiência de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses; 2) biblioteca e ambientes que permitam o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos e bases de dados; 3) recursos de mídia e informática disponíveis para alunos, docentes e técnico-administrativo; 4) área física para a realização de atividades docentes e de orientação.
<p>2 – Corpo Docente</p>	<p>20%</p>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>10%</p>	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) se todo o corpo docente é composto por doutores com formação ou atuação na área; 2) se as áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes são adequadas à Proposta do Programa (Área de Concentração - AC, Linha de Pesquisa - LP e Proposta do Programa - PP); 3) se as áreas e a diversificação da formação do corpo docente são adequadas e não endógenas, levando em conta o nível de doutorado e de pós-doutorado, quando realizado; 4) o nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional; 5) o corpo docente tem atraído alunos para estágios pós-doutorais (quando aplicável); 6) o percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	25%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) o número mínimo de professores permanentes no Programa deve ser 10 (dez). Permite-se a presença de 30% de docentes permanentes em condições especiais desde que atendido o número mínimo requerido. Assim, em havendo o número mínimo de 10 docentes permanentes, podem estar presentes três docentes permanentes na modalidade “especial”, totalizando um quadro de 13 professores permanentes. 2) atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores; 3) estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes; 4) adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional (60% dos docentes); 5) se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores; 6) o docente permanente pode participar em até 2 programas na mesma IES, resguardadas as condições estabelecidas pela Portaria CAPES N° 1/2012. <p><i>(É permitida a participação de 50% de docentes colaboradores em referência ao número de docentes permanentes. Assim, em havendo 10 docentes permanentes, podem estar presentes cinco professores colaboradores. A parcela majoritária – 75% -das atividades de ensino, pesquisa e orientações esteja a cargo de docentes permanentes.)</i></p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	35%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) a maioria das atividades de ensino, orientação e pesquisa deve estar a cargo dos docentes permanentes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>2) todos ou a maioria dos docentes permanentes devem participar das atividades de ensino, orientação e pesquisa</p> <p>3) um equilíbrio na distribuição das atividades de ensino, orientação e pesquisa entre os docentes permanentes deve estar presente.</p> <p>4) o número máximo de 8 orientandos por docente permanente, considerando todos os Programas que o docente participa (Portaria CAPES Nº 1/2012.). É tolerado um número de 12 orientandos para 20% dos docentes permanentes que devem apresentar as seguintes características: senioridade do docente-orientador expressa pela competência para captar recursos, bolsa de produtividade em pesquisa de agências nacionais ou estaduais, regime de trabalho de 40 horas, estarem vinculado ao nível de doutorado.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	15%	<p>Devem ser considerados os seguintes aspectos:</p> <p>1) nível de envolvimento do corpo docente em disciplinas e orientação de estudantes de graduação (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC);</p> <p>2) inserção de estudantes de Iniciação Científica no Programa, aspecto esse altamente valorizado</p> <p><i>Obs: para as instituições que não têm ensino de graduação, será valorizada atividade equivalente no "lato sensu".</i></p>
2.5 Captação de recursos pelos docentes para pesquisa	15%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) capacidade do corpo docente permanente do Programa de captar recursos financeiros (agências de fomento à pesquisa nacionais e internacionais; instituições pública e privada; indústrias ou similares) para a execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento;</p> <p>2) descrição dos projetos, fonte financiadora e valores obtidos durante o período da avaliação;</p> <p>3) proporção de docentes permanentes com bolsa de produtividade em pesquisa, sendo considerado um diferencial na conceituação dos programas.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	20%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) compatibilidade do número de teses e dissertações concluídas com a dimensão do corpo docente permanente <p><i>Obs: os critérios quantitativos serão adequados em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no programa</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 2) compatibilidade do número de teses e dissertações defendidas com o número de alunos matriculados no período. O número de novos alunos e de alunos titulados deve possuir um fluxo contínuo, sem evidenciar represamento.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) a maioria das teses e dissertações defendidas deve estar a cargo dos docentes permanentes 2) todos ou a maioria dos docentes permanentes devem apresentar teses e dissertações defendidas; 3) um equilíbrio na distribuição das teses e dissertações defendidas entre os docentes permanentes deve estar presente. <p><i>Obs:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Considera-se desejável que, em média, o programa contemple 5 orientandos por orientador.</i> • <i>20% dos docentes permanentes podem orientar mais de oito orientandos, considerando todos os programas nos quais atuam. Esse número não pode exceder a 12 alunos. Para o caráter de excepcionalidade (exceder 8 alunos), algumas características devem ser observadas: senioridade do docente-orientador expressa pela competência para captar recursos, bolsa de produtividade em pesquisa de agências nacionais ou estaduais, regime de trabalho de 40 horas, estar vinculado ao nível de doutorado.</i> • <i>Conforme definido pelo CTC-ES, será tolerado um percentual máximo de 10% dos docentes</i>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p><i>permanentes sem atividade de orientação no triênio</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>O número de orientandos deve ser compatível com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador.</i>
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) proporção de discentes e egressos-autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo discente; 2) produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, dentre outros; 3) qualidade da produção discente; 4) vínculo das teses/dissertações com linhas e projetos de pesquisa. 5) qualificação das bancas examinadoras bem como a diversidade de origem.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) tempo mediano de titulação de bolsistas em nível de mestrado e do doutorado (ME = 24m e DO = 48m); 2) existência de bolsas de doutorado sanduíche; 3) fluxo de entrada e saída dos alunos no programa
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	<p>Para quantificar a produção do programa, os artigos completos publicados em periódicos serão contabilizados apenas uma vez, ou seja, os artigos em co-autoria por mais de um docente do programa são contabilizados apenas uma vez.</p> <p>A qualidade destes será aferida pelo WebQualis periódicos. A participação de discentes da pós-graduação e/ou da graduação é altamente valorizada.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<p>Para a análise da distribuição da produção serão contabilizados os artigos completos em periódicos publicados por cada docente, sem desconsiderar os artigos em co-autoria com outros docentes do programa. As publicações devem ser distribuídas de forma equilibrada entre os docentes permanentes, de modo que pelo menos 80% destes tenham participação expressiva no conjunto das publicações.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	<p>Serão considerados patentes nacionais ou internacionais, relatórios técnicos de comprovada relevância, livros-</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		texto e capítulos de livros-texto. Apresentações de trabalhos em eventos científicos e publicação de resumos em anais serão valorizadas apenas para os discentes.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	30%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) <i>impacto educacional</i>: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; tais como “livros-textos”, capítulos e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio. Palestras e ações de divulgação do conhecimento para o público em geral, orientação em programa de iniciação científica para o ensino médio. 2) <i>impacto social</i>: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento; 3) <i>impacto tecnológico/econômico</i>: contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimento. Desenvolvimento de projetos de pesquisa apoiados por Editais indutores para atender as demandas específicas focadas na aplicação em serviços da área de saúde bucal.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	55%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) envolvimento e cooperação com IES, centros de pesquisa e outros programas de pós-graduação do país ou do exterior, mediante intercâmbios efetivos e projetos colaborativos envolvendo pesquisa e inovação tecnológica; 2) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou para o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como PROCAD, PQI, Dinter/Minter ou similares);</p> <ol style="list-style-type: none">3) Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa;4) Participação de docentes e discentes do programa analisado com atividades em outros programas bem como o número efetivo de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa analisado;5) Participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais;6) Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa;7) Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Manutenção de página Web para a divulgação atualizada de dados de interesse da comunidade sobre seleção, atuação e produção acadêmica;2) Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES Nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	Devem ser avaliados os seguintes aspectos: 1) adequação, a coerência e a quantidade das Linhas de Pesquisa e Atuação - LP com as respectivas Áreas de Concentração – AC; 2) adequação, a coerência e a quantidade dos Projetos de Pesquisa – PP - com as respectivas LP; 3) adequação, a coerência e a quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LP e AC; 4) consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias; 5) presença de disciplinas de formação profissional coerentes com a área de concentração e proposta do curso 6) presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica; 7) presença de estratégias de formação didático-pedagógicas; 8) avaliação sobre a multi e interdisciplinaridade do programa
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	Devem ser avaliadas: 1) as atividades de cooperação e intercâmbio; 2) os resultados/produtos técnico-científicos gerados pela relação de cooperação; 3) a formação de recursos humanos para atender às demandas sociais, organizacionais ou profissionais. 4) o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais devem ser efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	30%	Devem ser avaliadas a existência, a adequação e a suficiência de: 1) laboratórios com condições para a realização das pesquisas de trabalhos de conclusão; 2) biblioteca e ambientes que permitam o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos e bases de dados;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>3) recursos de mídia e informática disponíveis para alunos, docentes e técnico-administrativo;</p> <p>4) área física para a realização de atividades docentes e de orientação.</p>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) adequação das propostas do programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>2) propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação de mestres profissionais quanto à produção de conhecimento;</p> <p>3) propostas de qualificação do corpo docente;</p> <p>4) formas e meios que o programa pretende adotar para enfrentar os desafios da área e atingir seus objetivos atuais e futuros.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa nº 17 de 28 de dezembro de 2009) 2. todo o corpo docente deve ter formação ou atuação na área (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional) 3. se as áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes são adequadas à Proposta do Programa (AC, LP e PP); 4. se as área e a diversificação da formação do corpo docente são adequadas e não endógenas, levando em conta o nível mais alto da formação; 5. o nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional; 6. se o corpo docente tem experiência profissional para dar suporte à proposta; 7. o percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação do programa.	20%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) o número mínimo de professores permanentes no Programa deve ser 10 (dez). Permite-se a presença de 30% de docentes permanentes em condições especiais desde que atendido o número mínimo requerido. Assim, em havendo o número mínimo de 10 docentes permanentes, podem estar presentes três docentes permanentes na modalidade “especial”, totalizando um quadro de 13 professores permanentes. 2) atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres profissionais; 3) estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes; 4) adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional (60% dos docentes); 5) se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores; 6) o docente permanente pode participar em até 2 programas na mesma IES, resguardadas as condições estabelecidas pela Portaria 1/2012. <p><i>(É permitida a participação de 50% de docentes colaboradores em referência ao número de docentes permanentes. Assim, em havendo 10 docentes permanentes, podem estar presentes cinco professores colaboradores. A parcela majoritária – 75% -das atividades de ensino, pesquisa e orientações esteja a cargo de docentes permanentes.)</i></p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os	20%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) se a maioria das atividades de ensino, orientação e pesquisa está a cargo dos docentes permanentes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

docentes do Programa.		<ol style="list-style-type: none"> 2) se todos ou a maioria dos docentes permanentes participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa 3) se há um equilíbrio na distribuição das atividades de ensino, orientação e pesquisa entre os docentes permanentes. 4) o número máximo de 8 orientandos por docente permanente, considerando todos os Programas que o docente participa (Portaria CAPES Nº 1 de 2012). É tolerado um número de 12 orientandos para 20% dos docentes permanentes que devem apresentar as seguintes características: senioridade do docente-orientador expressa pela competência para captar recursos, bolsa de produtividade em pesquisa de agências nacionais ou estaduais, regime de trabalho de 40 horas, estar vinculado ao nível de doutorado. 5) Conforme definido pelo CTC-ES, será tolerado um percentual máximo de 10% dos docentes permanentes sem atividade de orientação no triênio
2.4 Captação de recursos pelos docentes para pesquisa .	10%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) capacidade do corpo docente permanente do Programa de captar recursos financeiros (agências de fomento à pesquisa nacionais e internacionais; instituições pública e privada; indústrias ou similares) para a execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento; 2) descrição dos projetos, fonte financiadora e valores obtidos durante o período da avaliação; 3) proporção de docentes permanentes com bolsa de produtividade em pesquisa ou bolsa tecnológica, sendo considerado um diferencial na conceituação dos programas.
3 – Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	20%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do	30%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) compatibilidade do número de trabalhos de conclusão aprovados (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>programa.</p>		<p>2009) com a dimensão do corpo docente permanente</p> <p><i>Obs: os critérios quantitativos serão adequados em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no programa</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 2) compatibilidade do número de trabalhos de conclusão aprovados com o número de alunos matriculados no período. O número de novos alunos e de alunos titulados deve possuir um fluxo contínuo, sem evidenciar represamento 3) a maioria dos trabalhos de conclusão aprovados deve estar a cargo dos docentes permanentes 4) todos ou a maioria dos docentes permanentes devem apresentar trabalhos de conclusão aprovados; 5) um equilíbrio na distribuição dos trabalhos de conclusão aprovados entre os docentes permanentes deve ser observado. <p><i>Obs:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>considera-se desejável que, em média, o programa contemple 5 orientandos por orientador.</i> • <i>20% dos docentes permanentes podem orientar mais de oito orientandos, considerando todos os programas nos quais atuam. Esse número não pode exceder a 12 alunos. Para o caráter de excepcionalidade (exceder 8 alunos), algumas características devem ser observadas: senioridade do docente-orientador expressa pela competência para captar recursos, bolsa de produtividade em pesquisa de agências nacionais ou estaduais, regime de trabalho de 40 horas, estar vinculado ao nível de doutorado.</i> • <i>conforme definido pelo CTC-ES, será tolerado um percentual máximo de 10% dos docentes permanentes sem atividade de orientação no triênio</i> • <i>o número de orientandos deve ser compatível com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador..</i>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e</p>	<p>50%</p>	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) proporção de discentes e egressos-autores (titulados

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

egressos.		<p>nos últimos 3 anos) com publicações e produção técnica em relação à dimensão do corpo discente;</p> <p>2) produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, dentre outros;</p> <p>3) qualidade da produção discente;</p> <p>4) vínculo dos trabalhos de conclusão aprovados e projetos de pesquisa.</p> <p>5) qualificação das bancas examinadoras bem como a diversidade de origem.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Aqueles que resultem em produtos e em projetos de inovação;</p> <p>2) Documentos que norteiem políticas públicas nacionais e internacionais;</p> <p>3) Elaboração de Normas Técnicas, Livros-texto e Capítulos de Livros-texto;</p> <p>4) Inserção profissional dos egressos.</p>
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30%	<p>Para quantificar a produção do programa, os artigos completos publicados em periódicos serão contabilizados apenas uma vez, ou seja, os artigos em co-autoria por mais de um docente permanente do programa são contabilizados apenas uma vez.</p> <p>A qualidade destes será aferida pelo WebQualis periódicos. A participação de discentes da pós-graduação e/ou da graduação (quando for o caso) é altamente valorizada.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<p>Serão considerados patentes nacionais ou internacionais, relatórios técnicos de comprovada relevância, livros-texto e capítulos de livros-texto, atividades de consultoria. Para quantificar essa produção técnica, serão contabilizados esses produtos apenas uma vez, ou seja, os produtos técnicos em co-autoria por mais de um docente do programa são contabilizados apenas uma vez.</p> <p>Produções técnicas a serem consideradas:</p> <p>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).</p> <p>Artigos publicados em periódicos técnicos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.</p> <p>Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.</p> <p>Elaboração de protocolos, normas ou programas.</p> <p>Consultoria ou assessoria técnica.</p> <p>Produtos técnicos.</p> <p>Protótipos.</p> <p>Patentes†.</p> <p>Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.</p> <p>Apresentações de trabalhos em eventos científicos e publicação de resumos em anais serão valorizadas apenas para os discentes.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa.	20%	<p>Para a análise da distribuição da produção serão contabilizados os artigos completos em periódicos publicados por cada docente, sem desconsiderar os artigos em co-autoria com outros docentes do programa. Da mesma forma, serão avaliados os produtos técnicos produzidos por cada docente permanente, sem desconsiderar as produções em co-autoria com outros docentes do programa. As produções científica e técnica devem ser distribuídas de forma equilibrada entre os docentes permanentes, de modo que pelo menos 80% destes tenham participação expressiva no conjunto desses produtos.</p>
4.4 Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do Programa.	20%	<p>A articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada do programa deve estar presente.</p>
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	30%	<p>Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) <i>impacto educacional</i>: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>propostas inovadoras de ensino; tais como “livros-textos”, capítulos e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio. Palestras e ações de divulgação do conhecimento para o público em geral, orientação em programa de iniciação científica para o ensino médio.</p> <p>2) <i>impacto social</i>: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>3) <i>impacto tecnológico/econômico</i>: contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimento. Desenvolvimento de projetos de pesquisa fundamentados na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) ou apoiados por Editais indutores para atender as demandas específicas focadas na aplicação em serviços da área de saúde bucal.</p> <p>4) <i>impacto sanitário</i>: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como a formulação de políticas específicas para a área da Saúde.</p> <p>5) <i>impacto profissional</i>: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) envolvimento e cooperação com IES, centros de pesquisa e outros programas de pós-graduação do país ou do exterior, mediante intercâmbios efetivos e projetos colaborativos envolvendo pesquisa e inovação tecnológica;</p> <p>2) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou para o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas;</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>3) estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa;</p> <p>4) participação de docentes e discentes do programa analisado com atividades em outros programas bem como o número efetivo de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa analisado;</p> <p>5) parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.</p>
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	25%	<p>Serão avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) convênios para Capacitação de pessoal qualificado;</p> <p>2) concepção de produtos que visem o desenvolvimento técnico, econômico, social e de ambiência em saúde;</p> <p>3) parcerias com empresas privadas ou setor público;</p> <p>4) abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>5) a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p> <p>6) captação de financiamento na área de pesquisa translacional.</p>
5.4 Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) manutenção de página <i>Web</i> para a divulgação atualizada de dados de interesse da comunidade sobre seleção, atuação e produção acadêmica e técnica.</p> <p>2) a descrição pública de objetivos, matriz curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros.;</p> <p>3) garantia de amplo acesso aos trabalhos de conclusão, pela <i>Web</i>, conforme a Portaria CAPES 13/2006, que torna obrigatória essa providência.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

VI. Considerações e Definições sobre Internacionalização ou Inserção Internacional

A internacionalização dos programas de pós-graduação é mais fortemente evidenciada pela inserção da produção intelectual em veículos de divulgação de acesso internacional bem como pelo reconhecimento desta produção, medido pelos índices de citação. Pode ocorrer em diferentes níveis, desde uma parceria visando o incremento do próprio programa até a contribuição bilateral com centros de excelência. Pode ocorrer também ao se estabelecer parcerias que visem o aprimoramento de centros no exterior ainda emergentes, tais como as parcerias com países do eixo Sul-Sul.

A produção intelectual da Área de Odontologia tem incrementado de forma considerável nos últimos anos e o Brasil contribui de forma marcante para este crescente aumento da produção de artigos em periódicos na Odontologia mundial. Os gráficos abaixo apresentam a produção na área de Odontologia entre os anos de 1996 e 2011 (último ano disponibilizado) a partir de dados obtidos no site da SCImago).

O Brasil possui uma tendência marcante de ascensão e países como Japão, Inglaterra e Alemanha apresentam também uma ascensão, contudo, menos destacada. Em 2005 o Brasil ocupava a quarta posição nestes critérios, já no ano de 2006 o Brasil passou a ocupar a 2ª posição, se mantendo neste patamar até o momento, apresentando números inferiores apenas aos dos Estados Unidos (**Gráfico 14**).

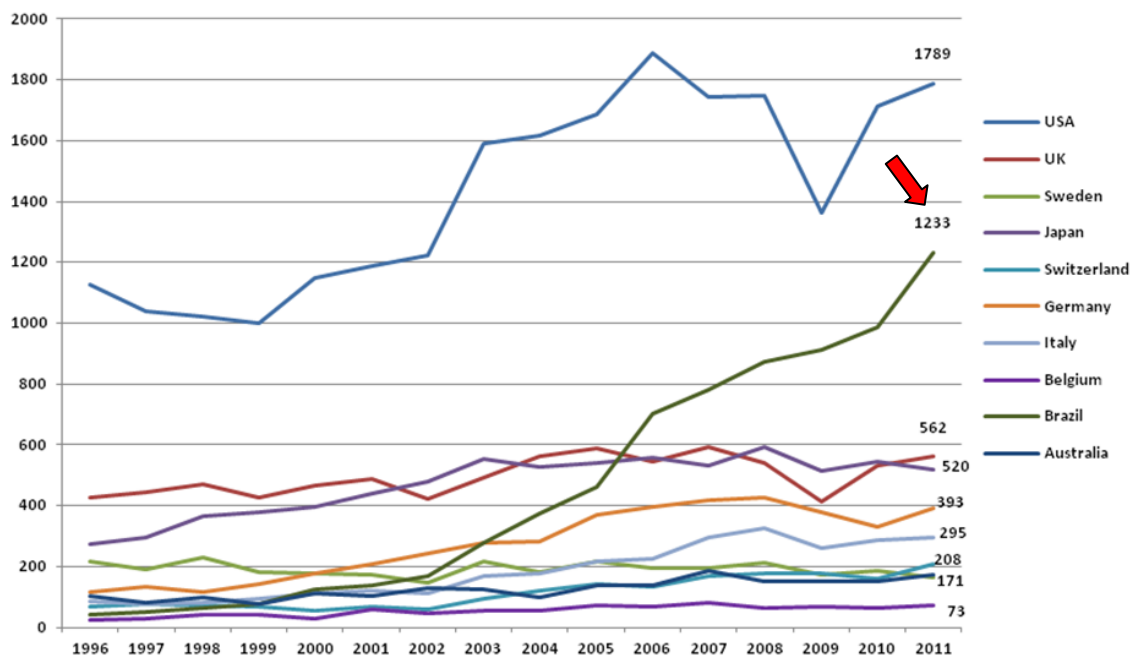


Gráfico 14 – Produção intelectual na Área de Odontologia dos dez países com maiores índices H: SCImago, Período 1996-2011.

FONTE: SCImago (Dados acessados em 13/05/2013)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quando se analisa a posição da Odontologia brasileira em seu contexto mundial, observa-se que, na base de dados SCImago, o Brasil é responsável por 12,8% do que é produzido mundialmente e por 89,4% do produzido na América Latina (**Gráfico 15**). Esses percentuais estão bem acima da produção científica brasileira, compreendendo todas as áreas de conhecimento, que aponta que, nesta mesma base, 2,1% do é produzido no mundo tem origem no Brasil e 54,0% do que é produzido na América Latina origina-se do Brasil.

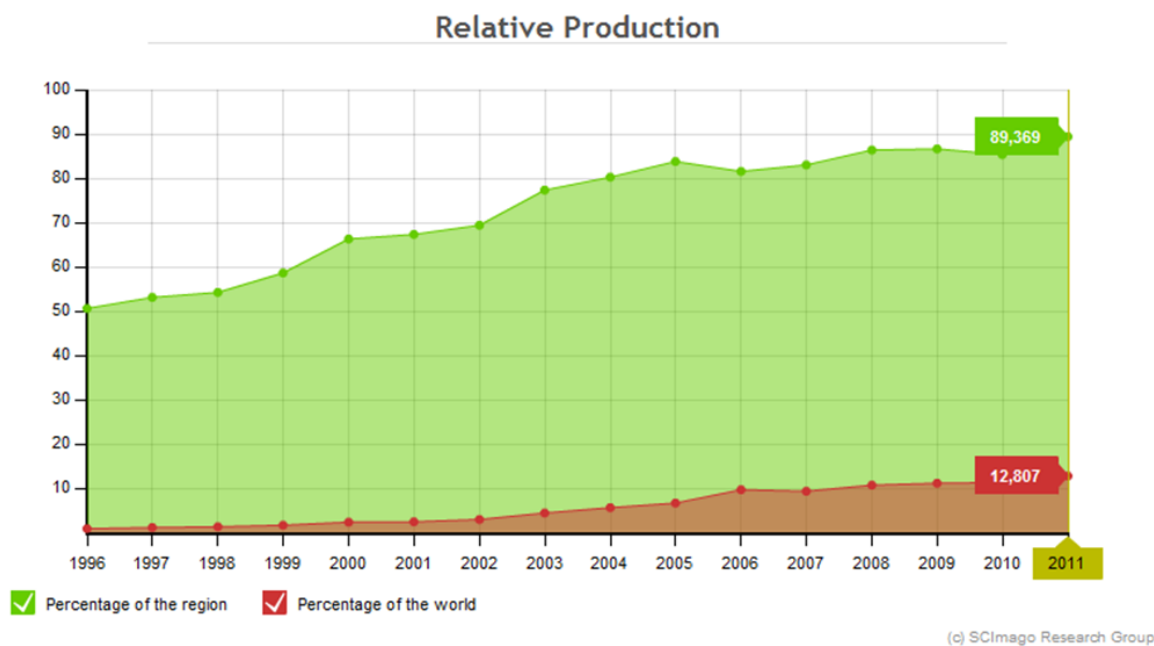


Gráfico 15 – Contribuição relativa da Odontologia Brasileira na base SCImago, Período 1996-2011.

FONTE: SCImago (Dados acessados em 13/05/2013)

Esta produção tem uma boa participação de autores internacionais. Tem-se observado uma tendência de declínio ao longo dos anos. No ano de 2011, atingiu aproximadamente 20% dos artigos na base SCImago (**Gráfico16**). Esses valores encontram-se abaixo do observado pela produção científica brasileira englobando todas as áreas de conhecimento que, neste caso, encontra-se em torno de 25% de cooperação internacional em suas publicações.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

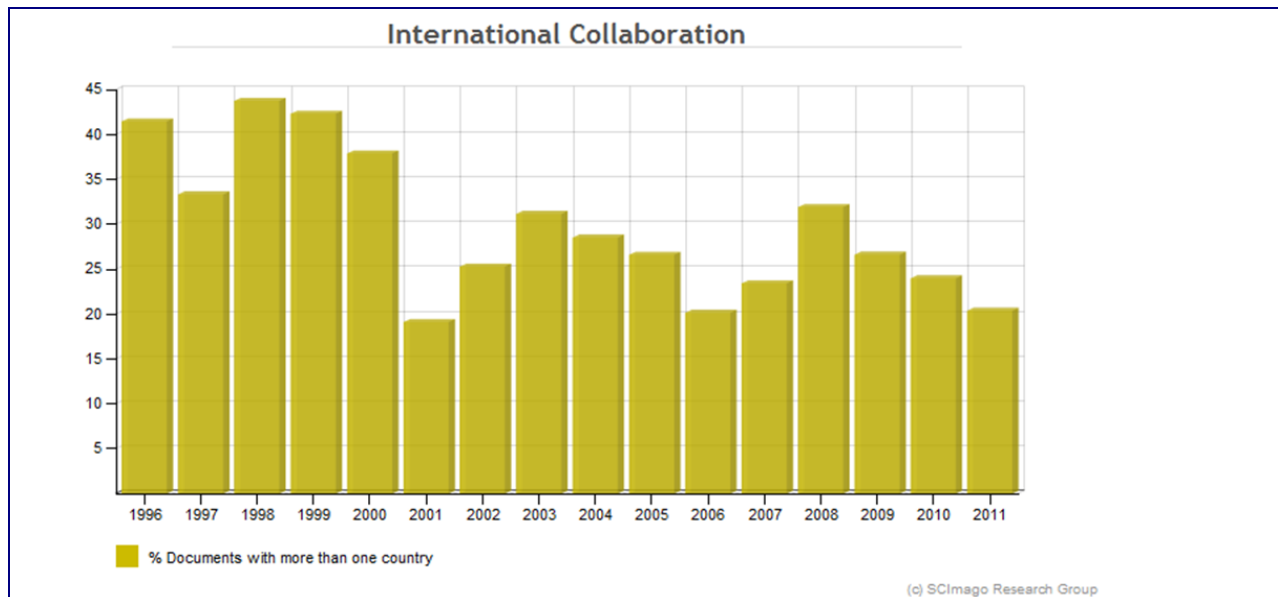


Gráfico 16 – Colaboração internacional dos artigos na Área de Odontologia publicados na SCImago, Período 1996-2011. FONTE: SCImago (Dados acessados em 13/05/2013)

Acrescenta-se ainda que essa produção tem tido um reconhecimento internacional dos pares, uma vez que o Brasil ocupa a 8ª posição referente ao valor do índice H (GRAF.17).

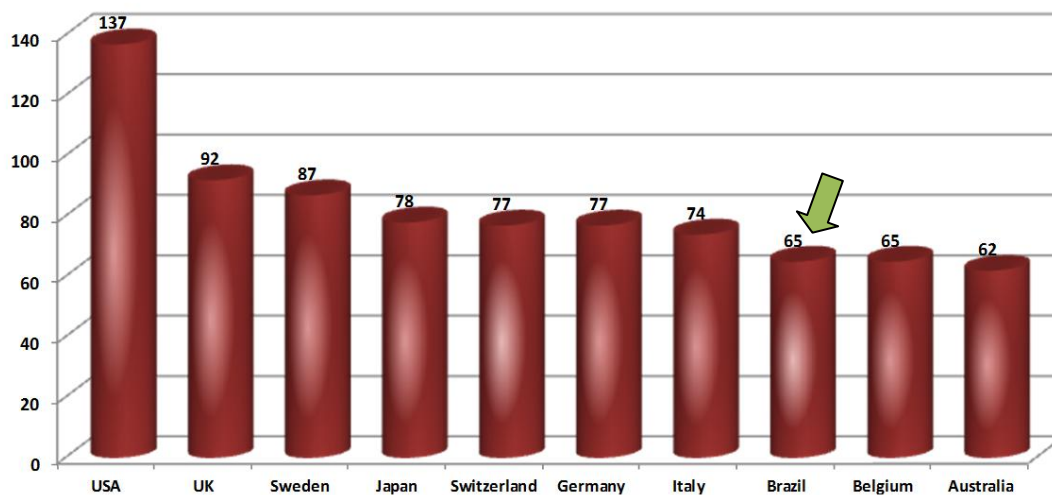


Gráfico 17 – Países com os mais altos valores de Índice H na Área de Odontologia na base SCImago, 2013. FONTE: SCImago (Dados acessados em 13/05/2013)



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Deste modo a Área de Odontologia tem os seguintes parâmetros para avaliar a inserção internacional dos Programas de Pós-Graduação:

1 Intercâmbios entre instituições/ programas/pesquisadores com instituições ou grupos de pesquisa internacionais reconhecidos na área.

Indicadores:

- Mobilidade bilateral de docentes (aulas, participação em disciplinas, estágios pós-doutorais, desenvolvimento de pesquisas, etc.) e discentes (estágios para pesquisa, doutorados sanduíche, etc.).
- Produção científica/tecnológica qualificada em conjunto.
- Captação conjunta de recursos para pesquisa em órgãos internacionais ou em editais de cooperação internacional.
- Professores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa no triênio

2 Inserção dos docentes do programa em atividades internacionais

Indicadores:

- Participação como revisor *ad hoc*, em comitês editoriais ou em editoria de periódicos de circulação internacional.
- Aulas/cursos/seminários/coordenação de sessões, a convite, em instituições de ensino/pesquisa ou em eventos no exterior.
- Apresentação de trabalhos em eventos de abrangência internacional.
- Organização de eventos de abrangência internacional.
- Participação em comitês, diretoria de associações, sociedades, academias e/ou órgãos de fomento internacionais.
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.
- Captação de fomentos internacionais de agências de fomento ou de empresas.
- Premiações internacionais que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação.

3 Capacitação de recursos humanos, desenvolvendo propostas interinstitucionais focadas em países do eixo sul-sul.

4 Impacto da produção científica do programa compatível com centros de referência internacionais, avaliado pelos índices H dos docentes permanentes.

5 Captação de alunos do exterior.

6 Estabelecimento de acordos institucionais para dupla diplomação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Critérios para emissão das notas “6” e “7”

No que diz respeito aos critérios que servirão de base para a identificação dos programas que, em relação aos demais programas de alto nível de sua área e no contexto da pós-graduação nacional, apresentem um **diferencial de desempenho** que lhes permita ser contemplados com as notas “6” ou “7”, torna-se necessário o atendimento, concomitante, de um conjunto de características que culminam em um diferencial de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional do Programa. Os itens abaixo descritos indicam os principais aspectos considerados para identificar os programas com essas características:

- 1 Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos:** verificar se o programa tem qualidade equivalente a centros de excelência internacional, caracterizando-se pela presença internacional relevante e de impacto, tanto na produção científica como na participação em convênios, equipes de projeto, dentre outros.
- 2 Consolidação e liderança nacional e internacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação:** Avaliar se o programa exerce posição de liderança na formação de recursos humanos, verificando se o programa já tem uma posição consolidada na formação de doutores; em que nível explora seu potencial de formação de recursos humanos – relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível. É valorizada ainda a formação de recursos humanos com propostas interinstitucionais que visem os países do eixo sul-sul.
- 3 Liderança nacional na nucleação de Programas de Pós-Graduação e de Grupos de Pesquisa:** verificar se o programa tem contribuição relevante na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil, ou seja, se formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos na região e em âmbito nacional. Verificar a solidariedade do programa com outros programas ainda em estágio de consolidação com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.
- 4 Inserção, presença e relevância do Programa na sociedade:** avaliar evidências de contribuição diferenciada do Programa para o desenvolvimento da sociedade, através de formas inovadoras de pesquisa bem como a sua capacidade para atrair alunos para doutorado-sanduíche, estágios seniores ou pós-doutorado.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

(internacionalização e liderança).

- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 18 - ODONTOLOGIA

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALINE CARVALHO BATISTA	UFG	Consultor(a)
ANA ESTELA HADDAD	USP	Consultor(a)
ANA MARIA BOLOGNESE	UFRJ	Consultor(a)
ANA MARIA SPOHR	PUC/RS	Consultor(a)
ANTONIO DAVID CORREA NORMANDO	UFPA	Consultor(a)
ARNALDO DE FRANCA CALDAS JUNIOR	UFPE	Coordenador(a) Adjunto(a)
CARLOS JOSE SOARES	UFU	Consultor(a)
CASSIANO KUCHENBECKER ROSING	UFRGS	Consultor(a)
CELSO DA SILVA QUEIROZ	UVA	Consultor(a)
CINTHIA PEREIRA MACHADO TABCHOURY	UNICAMP/Pi	Consultor(a)
CRISTIANE YUMI KOGA ITO	UNESP/SJC	Consultor(a)
DAURO DOUGLAS OLIVEIRA	PUC/MG	Consultor(a)
DIANA SANTANA DE ALBUQUERQUE	FESP/UPE	Consultor(a)
ELCIO MARCANTONIO JUNIOR	UNESP/ARAR	Consultor(a)
FABIO CORREIA SAMPAIO	UFPB/J.P.	Consultor(a)
FERNANDA DE MORAIS FERREIRA	UFPR	Consultor(a)
FERNANDO HENRIQUE WESTPHALEN	PUC/PR	Consultor(a)
FLARES BARATTO FILHO	UP	Consultor(a)
FLAVIO FERNANDO DEMARCO	UFPEL	Consultor(a)
ISABELA ALMEIDA PORDEUS	UFMG	Coordenador(a)
JEAN NUNES DOS SANTOS	UFBA	Consultor(a)
KATIA REGINA HOSTILIO CERVANTES DIAS	UFRJ	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
LIDIANY KARLA AZEVEDO RODRIGUES	UFC	Consultor(a)
LUCIANNE COPLE MAIA DE FARIA	UFRJ	Consultor(a)
MABEL MARIELA RODRIGUEZ CORDEIRO	UFSC	Consultor(a)
MANOEL DAMIAO DE SOUSA NETO	USP/RP	Consultor(a)
MARCELO DE CASTRO MENEGHIN	UNICAMP	Consultor(a)
MARCELO JOSE STRAZZERI BONECKER	USP	Consultor(a)
PAULO CESAR RODRIGUES CONTI	USP/FOB	Consultor(a)
ROSEANA DE ALMEIDA FREITAS	UFRN	Consultor(a)
SAUL MARTINS DE PAIVA	UFMG	Consultor(a)
SILVIA AMELIA SCUDELER VEDOVELLO	UNIRARAS	Consultor(a)
THIAGO MACHADO ARDENGHI	UFMS	Consultor(a)
VALDIR GOUVEIA GARCIA	UNESP/Araç	Consultor(a)
VANIA REGINA CAMARGO FONTANELLA	ULBRA	Consultor(a)